



**Demonstrações Contábeis Consolidadas
do Conglomerado Prudencial**

30 de junho de 2020

	Pág.
Relatório da Administração	2
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas	4
Demonstrações Contábeis Consolidadas	
Balço Patrimonial	7
Demonstração do Resultado	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas	
1. Contexto Operacional	12
2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas	12
3. Descrição das Principais Práticas de Consolidação	13
4. Principais Práticas Contábeis	13
5. Caixa e Equivalentes de caixa	14
6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15
7. Títulos e Valores Mobiliários	15
8. Operações de Crédito e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	18
9. Outros Instrumentos Financeiros	19
10. Outros Créditos - Diversos	19
11. Carteira de Câmbio	19
12. Outros Valores e Bens	20
13. Investimentos	20
14. Imobilizado de Uso	20
15. Intangível	20
16. Depósitos	21
17. Captações no Mercado Aberto	21
18. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	21
19. Obrigações por Empréstimos e Repasses no País	21
20. Despesa de Captação no Mercado	21
21. Despesa de Empréstimos e Repasses	21
22. Relações Interfinanceiras	21
23. Relações Interdependências	21
24. Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias	22
25. Outras Obrigações - Provisões Cíveis e Trabalhistas	22
26. Outras Obrigações - Diversas	22
27. Patrimônio Líquido	23
28. Partes Relacionadas	24
29. Receitas de Prestação de Serviços	25
30. Receitas de Tarifas Bancárias	25
31. Despesas de Pessoal	25
32. Outras Despesas Administrativas	25
33. Despesas Tributárias	25
34. Outras Receitas	25
35. Outras Despesas	26
36. Tributos	26
37. Estrutura de Gerenciamento de Riscos	27
38. Suficiência de Capital	28
39. Outras Informações	28
40. Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A.	29
41. Eventos Subsequentes	29
Relatório do Comitê de Auditoria	30

Apresentamos as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial Banco Original (Conglomerado), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), quando aplicáveis.

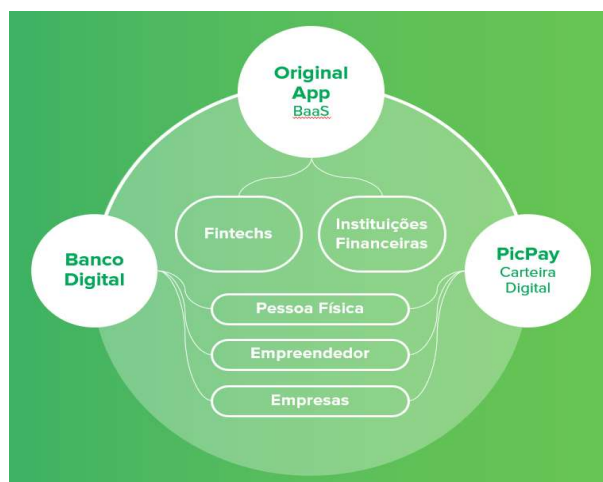
Conglomerado

Somos um conglomerado de empresas de tecnologia financeira em rápido crescimento e expansão, com a solidez de um banco.

Por meio do Banco Digital e do PicPay atendemos, com propostas de valor distintas, Pessoas Físicas, Empreendedores e Empresas.

Por meio da nossa unidade Banking as a Service, temos como clientes diretos Fintechs e Instituições Financeiras.

Acreditamos que o potencial de crescimento de negócios para o nosso ecossistema - uma empresa de Tecnologia, um Banco Digital, uma unidade de Banking as a Service e uma Carteira Digital - vai além da nossa capacidade de atração de clientes diretos.



Entendemos que o mercado brasileiro é grande o suficiente para acomodar muitos bancos digitais e várias carteiras de pagamento. Posicionamos as empresas do nosso ecossistema de forma a gerar valor tanto para nossos clientes (pessoas físicas, empreendedores e empresas) diretos quanto para aqueles que vierem a escolher ser clientes e usuários de outras Instituições Financeiras e Fintechs.

Banco Digital

Somos um banco de varejo digital, completo (em produtos e serviços) com atendimento humano. Este posicionamento tem atraído cada vez mais clientes. Atingimos 3,7 milhões em Junho/2020, um crescimento de 137% nos últimos 12 meses. Entre os diversos indicadores que demonstram o uso crescente dos produtos e serviços disponibilizados destacamos: crescimento de 100% da carteira de crédito no período de 12 meses, mantendo a melhoria constante em sua qualidade, função direta do modelo de crédito implementado em 2019; elevação de 81% em captação, atingindo R\$ 2,3 bilhões; aumento de 100% nos pagamentos (*cash out*) realizados pelos clientes nos últimos 12 meses.

PicPay

O PicPay opera como uma camada que conecta seus usuários aos diversos agentes do setor de serviços financeiros, atendendo todas as necessidades financeiras na rotina diária dos seus usuários de forma simples e cativante: pagamento entre pessoas e para estabelecimentos, compra de serviços e mercadorias, pagamento de contas, entre outros. De forma disruptiva e pioneira o PicPay adotou, desde 2012, o QR code como o meio principal para a realização de transações 24 x 7 (24 horas por dia, 7 dias por semana).

A base de usuários dobrou nos primeiros seis meses de 2020, atingindo 24 milhões. O *TPV (Total Payment Volume)* acumulado no 1º Semestre 2020 atingiu R\$ 7 bilhões, crescimento superior a três vezes quando comparado com mesmo período de 2019 com destaque para *TPV* junto a estabelecimentos comerciais.

Banking as a Service (BaaS)

O BaaS nos posiciona na liderança na prestação de serviços, por meio de APIs, para nossos parceiros - fintechs, startups e instituições financeiras, totalmente em linha com o novo arcabouço regulatório em fase de estruturação por parte do Banco Central do Brasil. O mercado financeiro é dinâmico e tem sido impulsionado pela mudança do perfil do consumidor e também por uma agenda regulatória favorável. Por meio do BaaS colocamos à disposição dos nossos parceiros tecnologia de ponta e credenciais financeiras de forma que eles possam atender da melhor forma seus clientes.

Essa vertical de negócios, organizada há menos de um ano, tem apresentado crescimento exponencial. Além do lançamento do seu novo portal - www.openbanking.com.br - conta com mais de cinquenta parceiros ativos e/ou em processo de negociação.

Destaque Econômico-Financeiros

Resultado Bruto da Intermediação Financeira

Em 30 de junho de 2020, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira atingiu R\$140,5 milhões (R\$ 475,0 milhões no mesmo período de 2019). Destaca-se o crescimento das rendas com operações de crédito, atingindo R\$ 1,2 bilhão em 30 de junho de 2020 (R\$ 349,1 milhões em 30 de junho de 2019).

Receitas de prestação de serviços e tarifas

Impulsionadas pelo aumento da base de clientes, as receitas de prestação de serviços e tarifas cresceram 641,9% em 2020.

Despesas Administrativas e de Pessoal

As despesas administrativas e de pessoal incorridas no semestre findo em 30 de junho de 2020 somaram R\$574,5 milhões, representando um acréscimo de 65,2% em relação ao mesmo período de 2019, devido principalmente aos investimentos em tecnologia.

Destaque Patrimoniais

Carteira de Crédito

Em 30 de junho de 2020 o saldo das Operações de Crédito Total somou R\$7,0 bilhões (R\$ 7,2 bilhões em 31 de dezembro de 2019). Destaca-se a carteira de crédito pessoa física com um crescimento de 27,5% em comparação com 31 de dezembro de 2019.

O saldo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito é de R\$ 334,7 milhões (R\$ 271,0 milhões em 31 de dezembro de 2019) correspondendo a 4,74% do total da carteira.

Ativo Total

Os Ativos Totais somaram R\$15,1 bilhões em 2020, aumento de 18,4% em comparação a 31 de dezembro de 2019.

Captação

Com o crescimento importante da nossa base de investidores, a captação total somou R\$ 11,9 bilhões em 30 de junho de 2020, representando 23,2% superior ao montante de R\$9,7 bilhões registrados em 31 de dezembro de 2019.

Índice de Basileia

De acordo com as normas do Banco Central do Brasil, os Bancos devem manter um percentual mínimo para os ativos ponderados pelo risco que incidem em suas operações, a fim de preservar a solvência e estabilidade do sistema financeiro em relação às oscilações e adversidades econômicas. O Conglomerado encerrou em 30 de junho de 2020 com um Índice de Basileia de 10,0%. A Administração segue comprometida na elaboração de um plano de adequação de capital, fortalecendo-o de maneira que atenda as novas necessidades do Conglomerado.

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários - Circular Nº 3.068/2001 – BACEN

O Conglomerado possui títulos classificados na categoria "disponível para venda", no montante de R\$ 1,1 bilhão, marcados a valor de mercado. Estes títulos são representados, principalmente, por Notas do Tesouro Nacional e cotas em fundo de investimento em direitos creditórios.

Relacionamento com os Auditores Independentes

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o semestre os Auditores Independentes prestaram os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados.

Agradecimentos

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 28 de setembro de 2020.

A Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração do

Banco Original S.A. (instituição líder do Conglomerado Prudencial Banco Original)

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial Banco Original (“Conglomerado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2020, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações contábeis consolidadas de propósitos especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BCB), descritos na nota explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial Banco Original em 30 de junho de 2020 o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do CMN e regulamentações complementares do BCB, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação ao Conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 40 às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado, que descreve sobre o Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., esta atual acionista indireta do Conglomerado, bem como sobre o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação a J&F Investimentos, controladas e coligadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis consolidadas que divulga que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial Banco Original foram elaboradas pela administração do Conglomerado para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BCB. Conseqüentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos - Demonstrações Financeiras Individuais

O Banco Original S.A., instituição líder do Conglomerado Prudencial Banco Original, elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 10 de setembro de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Conglomerado é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial

A administração do Conglomerado é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BCB, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Conglomerado continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas a não ser que a administração pretenda liquidar o Conglomerado ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Conglomerado são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especial – Auditoria de Demonstrações contábeis de acordo com Estruturas Conceituais e Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conglomerado.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conglomerado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Conglomerado a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de setembro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

CONGLOMERADO PRUDENCIAL BANCO ORIGINAL
BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado



Ativo	Nota	30/06/2020	31/12/2019
Circulante		10.688.879	8.695.657
Caixa e equivalentes de Caixa	5	884.253	1.284.455
Instrumentos Financeiros		8.140.740	6.679.491
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	404.989	387.135
Títulos e Valores Mobiliários	7	3.054.275	1.473.022
Derivativos	7.4	106.364	23.181
Operações de Crédito e Outros Créditos		2.278.933	2.019.846
Operações com Características de Concessão de Crédito	8 a	2.466.792	2.204.898
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8 d	(187.859)	(185.052)
Outros	9	2.296.179	2.776.307
Relações Interfinanceiras	22	1.260.173	423.855
Relações Interdependências	23	9.375	9.114
Outros Créditos		201.417	156.523
Diversos	10	201.417	156.523
Outros Valores e Bens	12	192.921	142.219
Não Circulante		4.388.178	4.028.241
Realizável a Longo Prazo		3.420.379	3.202.971
Instrumentos Financeiros		2.890.476	2.757.844
Títulos e Valores Mobiliários	7	479.590	546.859
Derivativos	7.4	31.930	7.267
Operações de Crédito e Outros Créditos		2.378.956	2.203.718
Operações com Características de Concessão de Crédito	8 a	2.525.840	2.289.673
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8 d	(146.884)	(85.955)
Outros Créditos		529.903	445.127
Créditos Tributários	36 b	509.619	418.275
Diversos	10	20.284	26.852
Investimentos	13	6.742	5.131
Imobilizado de Uso	14	206.061	148.178
Depreciação Acumulada	14	(69.436)	(63.181)
Intangível	15	1.194.874	1.057.419
Amortização Acumulada	15	(370.442)	(322.277)
Total do Ativo		15.077.057	12.723.898

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL BANCO ORIGINAL
BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado



Passivo	Nota	30/06/2020	31/12/2019
Circulante		9.023.632	5.297.882
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		8.074.755	4.636.613
Depósitos	16	5.271.583	2.339.605
Captações no Mercado Aberto	17	32.412	349.225
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18	2.718.647	1.932.325
Obrigações por Empréstimos e Repasses no País	19	10.170	-
Derivativos	7.4	41.943	15.458
Relações Interfinanceiras	22	324.507	8
Relações Interdependências	23	18.498	4.945
Outras Obrigações		605.872	656.316
Fiscais e Previdenciárias	24	36.064	78.685
Provisões Cíveis e Trabalhistas	25	70.118	69.299
Outras Obrigações - Diversas	26	499.690	508.332
Não Circulante		3.911.774	5.140.608
Depósitos e demais Instrumentos Financeiros		3.870.411	5.036.394
Depósitos	16	2.070.167	3.512.236
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18	1.800.244	1.521.418
Derivativos	7.4	-	2.740
Outras Obrigações		41.363	104.214
Obrigações Fiscais Diferidas	36 c	21.615	85.977
Outras Obrigações - Diversas	26	19.748	18.237
Patrimônio Líquido		2.141.651	2.285.408
Capital Social	27 a	2.130.001	2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial	27 c	14.592	5.736
Prejuízos Acumulados		(258.238)	(39.180)
Participação de Não Controladores		255.296	188.851
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		15.077.057	12.723.898

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL BANCO ORIGINAL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado



	Nota	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Receitas da Intermediação Financeira		686.261	863.707
Operações de Crédito	8 f	1.184.995	349.143
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.3	111.105	460.100
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.4 c	(688.742)	45.357
Resultado de Operações com Câmbio	11 b	78.903	9.107
Despesas da Intermediação Financeira		(395.025)	(319.852)
Operações de Captação no Mercado	20	(394.802)	(319.812)
Operações de Empréstimos e Repasses	21	(223)	(40)
Resultado da Intermediação Financeira Antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa		291.236	543.855
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8 e	(162.921)	(85.051)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	8 e	12.175	16.186
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		140.490	474.990
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(584.263)	(364.562)
Receitas de Prestação de Serviços	29	125.667	16.938
Receitas de Tarifas Bancárias	30	12.199	10.873
Despesas de Pessoal	31	(240.885)	(136.359)
Outras Despesas Administrativas	32	(308.994)	(211.620)
Despesas Tributárias	33	(30.568)	(28.729)
Resultado de Participações em Controladas	13	(14.334)	(3.590)
Outras Receitas	34	31.959	6.844
Outras Despesas	35	(159.307)	(18.919)
Resultado antes dos Tributos e Participações		(443.773)	110.428
Imposto de Renda e Contribuição Social	36 a	136.322	(79.339)
Provisão para Imposto de Renda		(2.190)	(290)
Provisão para Contribuição Social		60.837	(142)
Ativo Fiscal Diferido		77.675	(78.907)
Provisão para Participação nos Lucros		(28.982)	(27.488)
Resultado Líquido		(336.433)	3.601
Controlador		(219.898)	579
Não Controladores		(116.535)	3.022

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total	Participação de não Controladores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.130.001	3.289	(45.952)	2.087.338	133.013	2.220.351
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	8.269	-	8.269	(64)	8.205
Resultado Líquido	-	-	579	579	3.022	3.601
Saldo em 30 de junho de 2019	2.130.001	11.558	(45.373)	2.096.186	135.971	2.232.157
Mutações do Período	-	8.269	579	8.848	2.958	11.806
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.130.001	5.736	(39.180)	2.096.557	188.851	2.285.408
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	8.856	-	8.856	(238)	8.618
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-
Varição de Participação nos investimentos	-	-	840	840	183.218	184.058
Resultado Líquido	-	-	(219.898)	(219.898)	(116.535)	(336.433)
Saldo em 30 de junho de 2020	2.130.001	14.592	(258.238)	1.886.355	255.296	2.141.651
Mutações do Período	-	8.856	(219.058)	(210.202)	66.445	(143.757)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL BANCO ORIGINAL
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado



	Nota	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Atividades Operacionais			
Resultado Líquido		(336.433)	3.601
Ajustes ao Resultado Líquido		(619.800)	(102.780)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		162.921	85.051
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13	14.334	3.590
Depreciações e Amortizações	32	62.182	52.058
Variação Cambial e Juros		(695.222)	(7.228)
Ajuste ao Valor Justo		25.200	(315.102)
Tributos Diferidos		(146.728)	87.077
Provisões Cíveis e Trabalhistas		819	8.832
Provisão para Participação nos Lucros		(38.318)	(16.499)
Provisão para Desvalorização BNDU		-	3.679
Demais Ajustes		(4.988)	(4.238)
Resultado Líquido Ajustado		(956.233)	(99.179)
Variações em Ativos e Passivos			
		784.120	220.963
Redução / (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(2.754)	36.122
Redução / (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		(1.393.078)	(213.679)
Redução / (Aumento) em Instrumentos Financeiros Derivativos		(84.101)	(6.447)
Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(459.166)	17.630
Redução / (Aumento) em Operações de Crédito		240.329	(262.769)
Redução / (Aumento) em Outros Créditos		383.763	(105.905)
Redução / (Aumento) em Outros Valores e Bens		(50.702)	(1.313)
Aumento / (Redução) em Depósitos		1.489.910	268.598
Aumento / (Redução) em Captações no Mercado Aberto		(316.813)	(335.779)
Aumento / (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		1.065.149	742.474
Aumento / (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		26.132	(17.476)
Aumento / (Redução) em Outras Obrigações		(114.549)	99.507
Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais		(172.113)	121.784
Atividades de Investimento			
(Aquisição) de Investimentos		(15.946)	(4.156)
(Aquisição) de Imobilizado de Uso		(74.448)	(4.411)
(Aplicação) no Intangível		(137.695)	(46.445)
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Investimento		(228.089)	(55.012)
Aumento / (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa			
		(400.202)	66.772
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	5	1.284.455	1.239.647
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	5	884.253	1.306.419
Aumento / (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(400.202)	66.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

1. Contexto Operacional

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial Banco Original S/A (Conglomerado), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes deste Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração contábil, informações relativas à totalidade das atividades financeiras do Banco Original S/A, uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, de investimento, de crédito imobiliário, financiamento e investimento, do Banco Original do Agronegócio S/A, que opera como banco múltiplo autorizado pelo Bacen e desenvolve suas operações por meio das carteiras comerciais, de crédito imobiliário e financiamento, independente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações contábeis determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, do FIDC PicPay, fundo de investimentos em direitos creditórios controlado pelo Banco Original S/A, a Original APP Ltda, a entidade desenvolvedora das tecnologias que marcam a atuação do Banco Original e PicPay Serviços S/A. A entidade líder do Conglomerado por ter maior volume de transações é o Banco Original S/A.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram elaboradas pela Administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do BACEN.

O CMN determina que na elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Original S/A, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos às entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades de que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V.

As Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial compreendem as seguintes entidades:

Banco Original S/A
Cayman Branch
Banco Original do Agronegócio S/A
FIDC Picpay I
Original App Ltda.
Picpay Serviços S/A

Uso de estimativas e julgamentos sobre valores reportados

Os valores de determinados ativos, passivos, receitas e despesas são definidos com base em estimativas e premissas validadas pela Administração. As estimativas e premissas são revisadas e validadas de maneira contínua. A realização desses valores pode divergir do estimado e, nesse caso, as revisões serão reconhecidas prospectivamente.

Os principais valores que possuem risco de resultar em ajuste em períodos subsequentes são:

- Provisões e contingências - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Determinados critérios de provisionamento de perdas estimadas com operações de crédito;
- Expectativa de consumo de créditos tributários, conforme a estimativa disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020 as Demonstrações Contábeis sofreram alterações em sua estrutura por conta das determinações da Resolução do CMN nº 4.270/2019 e Circular Bacen nº 3.959/2019. Essas normas visam aproximar a apresentação das informações financeiras às normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS).

As principais alterações em decorrência desses normativos foram os saldos do Balanço Patrimonial do período, apresentados comparativamente com os do final do exercício imediatamente anterior.

Publicação Dezembro 2019	31/12/2019	01/01/2020	Critério Circular 3.959
Ativo			
Disponibilidades	71.926	1.284.455	Caixa e equivalentes a Caixa
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	699.824	9.473.544	Instrumentos Financeiros
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	2.950.169	387.135	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
		2.019.881	Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Derivativos
		30.448	Derivativos
Operações de Crédito	4.259.773		
Operações de Crédito	4.494.571	4.494.571	Operações de Crédito
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	(234.798)	(234.798)	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
		2.776.307	Outros
Relações Interfinanceiras	423.855	423.855	Relações Interfinanceiras
Relações Interdependências	9.114	9.114	Relações Interdependências
Outros Créditos	3.341.748	565.441	Outros Créditos
Outros Créditos	3.377.957	418.275	Créditos Tributários
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(36.209)	147.166	Diversos
Outros Valores e Bens	142.219	142.219	Outros Valores e Bens
Permanente	825.270		
Investimentos em coligadas e controladas	5.131	5.131	Investimentos
Imobilizado de Uso	84.997		
Outras Imobilizações de Uso	148.178	148.178	Imobilizado de Uso
(Depreciação Acumulada)	(63.181)	(63.181)	(Depreciação Acumulada)
Intangível	735.142		
Ativos Intangíveis	1.057.419	1.057.419	Ativos Intangíveis
Amortizações Acumuladas	(322.277)	(322.277)	Amortizações Acumuladas
Total do Ativo	12.723.898	12.723.898	Total do Ativo
Passivo			
Depósitos	5.851.841	9.673.007	Depósitos e demais Instrumentos Financeiros
Captações no Mercado Aberto	349.225	5.851.841	Depósitos
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	3.453.743	349.225	Captações no Mercado Aberto
Instrumentos Financeiros Derivativos	18.198	3.453.743	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos
Relações Interfinanceiras	8	18.198	Instrumentos Financeiros Derivativos
Relações Interdependências	4.945	4.945	Relações Interfinanceiras
Outras Obrigações	760.530	760.530	Relações Interdependências
		78.685	Outras Obrigações
		85.977	Obrigações Fiscais e Previdenciárias
		69.299	Obrigações Fiscais Diferidas
		526.569	Provisões Cíveis e Trabalhistas
			Outras Obrigações - Diversas
Patrimônio Líquido	2.285.408	2.285.408	Patrimônio Líquido
Capital Social	2.242.124	2.242.124	Capital Social
De Domiciliados no País	2.242.124	2.242.124	De Domiciliados no País
Reservas de Lucros	24.341	24.341	Reservas de Lucros
Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.048	6.048	Outros Resultados Abrangentes
Prejuízos Acumulados	(39.181)	(39.181)	Prejuízos Acumulados
Participação de Não Controladores	52.076	52.076	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	12.723.898	12.723.898	Total do Passivo e Patrimônio Líquido

As Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 28 de setembro de 2020 e serão divulgadas, no endereço eletrônico www.original.com.br.

3. Descrição das Principais Práticas de Consolidação

Na elaboração das Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o Cosif, instituído pela Circular Bacen nº 1.273/1987, especificamente em relação às normas do Conglomerado Prudencial.

O valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro (prejuízo) líquido das entidades que compõem as demonstrações contábeis antes dos ajustes de consolidação estão assim representados:

	Banco Original S.A.		Banco Original do Agronegócio S.A.	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Total do Ativo	14.474.027	12.651.235	155.979	160.316
Total do Passivo	12.587.672	10.554.678	19.947	23.541
Total do Patrimônio Líquido	1.886.355	2.096.557	136.032	136.775
Resultado Líquido	(219.898)	8.822	(505)	8.941

	PICPAY Serviços S.A.		Original APP Ltda.		FIDC PICPAY I	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Total do Ativo	1.468.548	661.934	16.362	6.571	789.323	456.876
Total do Passivo	1.319.654	611.494	7.430	2.963	93	5.090
Total do Patrimônio Líquido	148.894	50.440	8.932	3.608	789.230	451.786
Resultado Líquido	(143.348)	(36.569)	5.324	1.016	127.444	57.153

Nos procedimentos de consolidação, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais, receitas e despesas decorrentes de transações entre o Banco Original S/A, Banco Original do Agronegócio S/A, agência nas Ilhas Cayman, FIDC PICPAY I, PICPAY Serviços S/A e Original APP Ltda. Os investimentos em empresas que não fazem parte do Conglomerado, foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas de forma consistente e uniforme são:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo princípio da competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

c) Instrumentos Financeiros

c.1) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Os títulos são registrados no Ativo Circulante independentemente de sua data de vencimento;

- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do Patrimônio Líquido sob o título de "Outros Resultados Abrangentes" e esses ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos na data da negociação no resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido;

- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais.

I - Na hipótese de transferência da categoria títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já computados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;

II - Na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registrados como componente destacado no Patrimônio Líquido, devem ser reconhecidos no resultado do período;

III - Na hipótese de transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos.

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuros e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata.

Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata.

Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

c.2) Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção do Conglomerado em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. Os derivativos utilizados para proteger exposições de risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- **Hedge de Risco de Mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado;

- **Hedge de Investimento no Exterior - Hedge de Fluxo de Caixa** - A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos, quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na Demonstração do Resultado.

c.3) Operações de Crédito, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 com as alterações introduzidas pela Resolução 2.697/2000, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", são baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido. O passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observadas as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

O Conglomerado adquire créditos sem coobrigação de empresas consideradas partes relacionadas não integrantes ao Sistema Financeiro Nacional (SFN). Essas operações são contabilizadas no grupo de contas – Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e seguem os mesmos critérios de contabilização e classificação de risco da carteira de crédito.

A Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito é considerada suficiente pela Administração do Conglomerado para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

Com o objetivo de atenuar os impactos da COVID-19 na economia, o CMN flexibilizou temporariamente a caracterização de um ativo problemático, permitindo que situações de incapacidade financeira da contraparte para honrar a obrigação nas condições pactuadas e reestruturação da operação relativa à exposição, deixem de ser consideradas indicativos de que uma obrigação não será integralmente honrada. Essa flexibilização é válida para reestruturações de operações de crédito realizadas até 30 de setembro de 2020.

c.4) Outros

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço.

d) Outros Créditos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço.

e) Investimentos

Os ajustes do investimento em sociedade controlada são apurados pelo método da equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em controladas.

f) Imobilizado de Uso

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - Dez anos, sistemas de processamento de dados e veículos - Cinco anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - Dez anos.

g) Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido de forma linear das amortizações para os intangíveis produzidos internamente, à taxa de 10% a.a. e para intangíveis adquiridos as amortizações variam de 6 a 180 meses, de acordo com a vida útil de cada ativo.

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos de empresas consideradas partes relacionadas não integrantes ao Sistema Financeiro Nacional (SFN). Essas operações são contabilizadas no grupo de contas – Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e seguem os mesmos critérios de contabilização e classificação de risco da carteira de crédito.

h) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros (Impairment)

É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

i) Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

j) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 mil no exercício fiscal.

A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 20% (de janeiro a dezembro de 2019, à alíquota de 15%).

Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes. Os créditos sobre adições temporárias, quando aplicável, são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos e os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período base.

k) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "Despesas Tributárias".

l) Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) realizam-se da seguinte forma:

- Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Passivos contingentes - São apenas divulgados nas Demonstrações Contábeis porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos;
- Provisões - São reconhecidas como passivo nas Demonstrações Contábeis porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação;
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - São reconhecidas como passivo nas Demonstrações Contábeis as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem outra alternativa senão de liquidar a obrigação.

m) Outras Obrigações

Estão demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e variações monetárias até a data do balanço. Nas operações pré-fixadas pelo valor de resgates não deduzidas das despesas a apropriar.

n) Avais e Fianças

Os avais e fianças não honrados e prestados pelo Conglomerado são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

As rendas de comissões de avais e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas, são contabilizadas mensalmente em Comissões por Coobrigações a Receber, em contrapartida de Rendas de Garantias Prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, apropriando-se mensalmente, segundo o Princípio da Competência.

Os avais e fianças prestadas e honradas e não honradas têm provisionamento atribuído a cada cliente conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda desta.

5. Caixa e Equivalentes de caixa

Composição

Disponibilidades em Moedas Nacional e Estrangeira

Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada

Letras Financeiras do Tesouro - LFT

Notas do Tesouro Nacional - NTN B

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS

Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários

Letras do Tesouro Nacional - LTN

Total

	30/06/2020	31/12/2019
Disponibilidades em Moedas Nacional e Estrangeira	111.397	71.926
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	166.999	212.489
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	20.004	12.492
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	146.995	199.997
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.933	100.200
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	3.933	100.200
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	601.924	899.840
Letras do Tesouro Nacional - LTN	601.924	899.840
Total	884.253	1.284.455

6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	30/06/2020		31/12/2019
	Até 3 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	-	-	30.112
Posição Bancada	-	-	30.112
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	30.112
Posição Financiada	-	-	11.570
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	209
Debêntures	-	-	3.862
CDB - Certificado de Depósitos Bancários	-	-	7.499
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	273.260	273.260	266.490
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	136	136	-
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - Não ligadas vinculados	273.124	273.124	266.490
Aplicações em Moedas Estrangeiras	131.729	131.729	78.963
Total	404.989	404.989	387.135
Circulante		404.989	387.135

7. Títulos e Valores Mobiliários

7.1) Valor de Custo e de Mercado

a) Títulos para Negociação

	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor de Custo	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	594.723	(67)	594.656	210.164
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.696.309	11.438	1.660.504	220.515
Títulos Privados				
Ações de Companhias Abertas ⁽¹⁾	6.520	6.091	12.611	191.886
Debêntures	685	160	845	2.036
Total Carteira Própria	2.298.237	17.622	2.268.616	624.601
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	16.853	-	16.853	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	22.587	618	23.205	-
Títulos Privados				
Debêntures	9.417	(251)	9.166	49.262
Total Vinculados a compromissos de recompra	48.857	367	49.224	49.262
Vinculados à prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	106.126	540	106.666	409.214
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	71.177
Outros				
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3	24.646	-	24.646	24.237
Total Vinculados à prestação de garantias	130.772	540	131.312	504.628

b) Títulos Disponíveis para Venda

	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor de Custo	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	47.153	90	47.243	278.071
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	827.143	18.515	845.658	140.929
Títulos Privados				
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽²⁾	4.877	(2.337)	2.540	2.799
Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia	116.482	-	116.482	116.163
Total Carteira Própria	995.655	16.268	1.011.923	537.962
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	303.428
Total Vinculados a compromissos de recompra	-	-	-	303.428
Vinculados à prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	71.204	1.586	72.790	-
Total Vinculados à prestação de garantias	71.204	1.586	72.790	-

7.2) Por Vencimento e nível de Valor Justo

a) Títulos para Negociação

	Nível	Sem vencimento	30/06/2020			31/12/2019	
			Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	-	-	89.679	504.977	594.656	210.164
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	-	417.439	81.587	1.161.478	1.660.504	220.515
Títulos Privados							
Ações de Companhias Abertas ⁽¹⁾	1	12.611	-	-	-	12.611	191.886
Debêntures	2	-	-	845	-	845	2.036
Total Carteira Própria		12.611	417.439	172.111	1.666.455	2.268.616	624.601
Circulante						2.268.616	624.601
Vinculados a compromissos de recompra							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	-	-	16.853	-	16.853	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	-	-	-	23.205	23.205	-
Títulos Privados							
Debêntures	2	-	-	9.166	-	9.166	49.262
Total Vinculados a compromissos de recompra		-	-	26.019	23.205	49.224	49.262
Circulante						49.224	49.262

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Vinculados à prestação de garantias

					30/06/2020	31/12/2019
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	-	-	66.037	40.629	106.666
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	-	-	-	-	71.177
Outros						
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3	2	24.646	-	-	-	24.646
Total Vinculados à prestação de garantias		24.646	-	66.037	40.629	131.312
Circulante						131.312
						504.628

b) Títulos Disponíveis para Venda

					30/06/2020	31/12/2019
	Nível	Sem vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Carteira Própria						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	-	-	-	47.243	47.243
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	1	-	155.080	273.197	417.381	845.658
Títulos Privados						
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽²⁾	2	2.540	-	-	-	2.540
Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia	2	116.482	-	-	-	116.482
Total Carteira Própria		119.022	155.080	273.197	464.624	1.011.923
Circulante						547.299
Longo Prazo						464.624
						163.765
						374.197

Vinculados a compromissos de recompra

Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	1	-	-	-	-	303.428
Total Vinculados a compromissos de recompra						303.428
Circulante						130.766
Longo Prazo						172.662

Vinculados à prestação de garantias

Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	1	-	-	57.824	14.966	72.790
Total Vinculados à prestação de garantias				57.824	14.966	72.790
Circulante						57.824
Longo Prazo						14.966

⁽¹⁾ Ações da JBS S.A.

⁽²⁾ A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Esses papéis são remunerados à taxa de 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC e os títulos privados na B3.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 não havia títulos mantidos até o vencimento e instrumentos mensurados no nível 3.

7.3) Resultado com Operações de Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	18.750	32.370
Resultado de Títulos de Renda Fixa	53.833	92.820
Resultado de Títulos de Renda Variável	4.596	331.793
Resultado de Títulos no Exterior	33.926	3.117
Total	111.105	460.100

7.4) Instrumentos Financeiros Derivativos

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções Padronizadas** - Cotações em Bolsas;
- **Opções não Padronizadas** - Determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **Swaps e NDF** - O fluxo de caixa de cada uma de suas partes é descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais *notional* e estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

a) Por Valor de Mercado

	30/06/2020			31/12/2019		
	Valor Referencial dos Contratos			Valor Referencial dos Contratos		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Contratos	Valor de Curva	Valor de Mercado	Contratos
NDF						
Posição Ativa	120.204	115.720	971.932	19.921	17.533	1.419.701
Prefixado	64	1.514	562.858	6.075	6.346	382.817
Dólar	119.033	113.123	409.039	12.340	9.709	1.036.714
Real	1.107	1.083	-	1.506	1.478	170
Euro	-	-	35	-	-	-
Posição Passiva	(11.892)	(1.842)	(971.932)	(11.801)	(15.360)	(1.419.701)
Prefixado	(17)	(18)	(409.039)	(2)	(14.682)	(1.036.649)
Dólar	(11.670)	(1.641)	(561.939)	(667)	(552)	(380.371)
Euro	(205)	(183)	(919)	(11.063)	(126)	(2.446)
Real	-	-	(35)	(69)	-	(235)
Diferencial Líquido	108.312	113.878	-	8.120	2.173	-

	30/06/2020				31/12/2019	
	Valor Referencial do Contrato		Valor Referencial do Contrato		Valor Referencial do Contrato	
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor de Curva	Valor de Mercado
Swap						
Posição Ativa	11.182	15.805	562.808	2.929	12.454	751.758
Prefixado	28	1.106	114.225	28	1.691	233.113
Dólar	11.111	13.151	72.014	760	2.100	125.800
CDI	43	1.548	376.569	2.141	8.663	392.845
Posição Passiva	(32.630)	(33.937)	(562.808)	(2.341)	(1.862)	(751.758)
Prefixado	(106)	(2.443)	(332.129)	(75)	(41)	(348.954)
Dólar	(32.524)	(31.494)	(179.038)	(2.050)	(1.780)	(314.396)
CDI	-	-	(51.641)	(216)	(41)	(88.129)
Euro	-	-	-	-	-	(279)
Diferencial Líquido	(21.448)	(18.132)	-	588	10.592	-
Opções - Futuro						
Posição Ativa	-	6.769	11.642	-	461	37.966
Compra de Opção de Compra	-	6.769	11.642	-	461	37.966
Posição Passiva	-	(6.164)	(11.642)	-	(976)	(37.966)
Venda de Opção de Venda	-	(6.164)	(11.642)	-	(976)	(37.966)
Diferencial Líquido	-	605	-	-	(515)	-

	30/06/2020				31/12/2019	
	Valor Referencial dos Contratos		Valor Referencial dos Contratos		Valor Referencial dos Contratos	
	Custo - Valor a Receber/ (Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Total	Ajuste ao Valor de Mercado	Total	Total
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	108.312	5.566	113.878	971.932	(5.947)	1.419.701
Contratos de Swap a Receber/(Pagar)	(21.448)	3.316	(18.132)	562.808	10.004	751.758
Contratos de Opções a Receber/(Pagar)	-	605	605	11.642	(515)	37.966
Total	86.864	9.487	96.351	1.546.382	3.542	2.209.425

b) Por Vencimento

	30/06/2020			31/12/2019	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Valores a Receber/(Pagar) a Mercado					
Operações NDF a Receber/(Pagar)	45.560	46.101	22.217	113.878	2.173
Operações Swap a Receber/(Pagar)	(6.143)	(21.702)	9.713	(18.132)	10.592
Operações Opções a Receber/ (Pagar)	605	-	-	605	(515)
Total	40.022	24.399	31.930	96.351	12.250

Valores Referenciais dos Futuros*

	30/06/2020			31/12/2019	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
DI	1.499.500	415.200	2.220.900	4.135.600	4.512.200
Dólar	1.681.218	-	-	1.681.218	579.598
DDI	478.317	565.926	1.567.181	2.611.424	2.745.309
BGI	-	7.550	-	7.550	23.998
AUD	5.429	-	-	5.429	-
Euro	30.743	-	-	30.743	3.387
Total	3.695.207	988.676	3.788.081	8.471.964	7.864.492

* Referem-se aos valores referenciais nas datas de vencimento.

c) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	30/06/2020		01/01 a 30/06/2020		01/01 a 30/06/2019	
	Receita	Despesa	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado
NDF	370.494	(185.062)	185.432	(3.576)		
Swap	29.910	(42.662)	(12.752)	11.849		
Opções	2.159	(854)	1.305	699		
COE	-	-	-	5		
DI	242.801	(235.557)	7.244	26.916		
DDI ⁽⁹⁾	1.459.458	(2.358.473)	(899.015)	12.961		
BGI	5.872	(6.778)	(906)	146		
Moedas	4.716	(2.335)	2.381	(257)		
Índice	11.524	(11.385)	139	540		
Dólar	1.394.264	(1.366.880)	27.384	(3.895)		
Milho	83	(37)	46	(31)		
S&P	38	(38)	-	-		
Total	3.521.319	(4.210.061)	(688.742)	45.357		

⁽⁹⁾ O Conglomerado contrata derivativos DDI para hedge de seus ativos e passivos com risco de taxa de juros em dólar.

d) Hedge de Investimento Líquido no Exterior

O Conglomerado utiliza instrumentos derivativos na gestão de seus riscos no investimento na agência nas Ilhas Cayman (variação cambial), cuja moeda de suas operações é o Dólar. O valor do investimento líquido de impostos foi de USD 10.000. O instrumento derivativo utilizado é feito na forma de hedge de fluxo de caixa.

O Conglomerado documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge. O Conglomerado também documenta, mediante elaboração de teste de efetividade, sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados são eficazes.

O método utilizado no teste de efetividade é o prospectivo e retrospectivo, de forma que os resultados reais se encontram na faixa de 80% a 125%. A mensuração da efetividade do hedge foi realizada com base na variação da taxa de Dólar Ptax e os demais componentes do instrumento de hedge foram reconhecidos no resultado.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no Patrimônio Líquido e o componente ineficaz registrado no resultado. Em 30 de junho de 2020, o valor eficaz registrado no Patrimônio Líquido foi de R\$ 26.816 e o impacto no resultado do componente inefetivo foi de R\$ 1.824 (R\$ 843 em 30 de junho de 2019) contabilizado na rubrica de Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos.

e) Hedge de Risco de Mercado

As operações objeto de proteção através de estruturas de hedge accounting são títulos de renda fixa emitidos pelo Conglomerado que fornecem recursos financeiros para a expansão de seus negócios ao serem adquiridos por investidores que, por sua vez, serão remunerados por uma taxa pré-fixada determinada no momento da emissão de referidos títulos.

Item objeto de hedge é o conjunto de captações pré-fixadas com prazo superior a 2 anos realizadas pelo Conglomerado, excluindo seus spreads de crédito, conforme definido adiante em seção específica. Optou-se por caracterizar esse conjunto de operações como "hedge de risco de mercado", baseado na Circular 3.082 BACEN, datada de 30 de janeiro de 2002.

A estratégia de hedge de risco de mercado passa por evitar oscilações temporais de resultado oriundas de variações no mercado de juros em reais. Uma vez que esse risco é compensado, o que se procura é indexar a carteira ao CDI, através da utilização dos derivativos (DI1 Futuro).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O *hedge* é contratado de modo a contrapor a exposição total ao risco de mercado da carteira de captações pré-fixadas, excluindo a parcela da remuneração pré-fixada representada pelo spread de crédito (risco próprio do Conglomerado), procurando obter o casamento mais próximo possível de prazos e volumes.

O *hedge* das captações é feito por meio da contratação de DI1 Futuro na B3. O gerenciamento do *hedge* não é feito operação por operação, mas sim para o conjunto de captações (objetos de *hedge*) originadas em determinado período (safra mensal, que pode ser alterada em função do volume de novas operações, de acordo com a avaliação da Administração).

Caso a efetividade seja comprovada dentro do intervalo de 80 a 125%, tanto o instrumento de *hedge* (derivativo), quanto o objeto de *hedge* (captações pré-fixadas com prazos superiores a 2 anos) são mensurados a valor justo, e o efeito do ajuste ao valor justo é reconhecido em resultado.

Tal prática será descontinuada prospectivamente caso:

- O instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, terminado ou exercido;
- O *hedge* deixar de satisfazer as condições de efetividade;
- For revogada a designação.

A descontinuidade prospectiva se dará de forma a não se apurar a variação do ajuste ao valor justo do mês em que ocorreu a inefetividade e apropriar ao longo da vida das operações de objeto de *hedge* o ajuste ao valor justo acumulado até o último período em que as condições de efetividade foram satisfeitas.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de risco de mercado têm seu registro contábil no resultado. Em 30 de junho de 2020, o valor do passivo ajustado a valor justo foi de R\$ 576.678 e o impacto no resultado foi de R\$ 16.696. A taxa de efetividade do *Hedge* foi de 99,7%.

8. Operações de Crédito e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito

a) Por Produto

	30/06/2020	31/12/2019
Empréstimos, adiantamentos a depositantes e operações de crédito vinculadas a cessão	2.325.971	2.206.816
Adiantamentos a depositantes	540	400
Empréstimos	2.212.565	2.074.325
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	373.520	404.787
Capital de Giro	981.109	997.034
Conta Corrente Garantida	1.958	54.946
Empréstimo Consignado	3	87
Cheque Especial	47.593	95.299
Empréstimo Rotativo	106.760	112.039
Crédito Pessoal	372.768	314.369
Outros empréstimos	328.854	95.764
Financiamentos	2.422.445	2.024.152
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽²⁾	2.422.445	2.024.152
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	87.927	60.294
Financiamentos Imobiliários	156.289	203.309
Operações de crédito vinculadas à Cessão	112.866	132.091
Adiantamento de Contratos de Câmbio	65.695	152.622
Direitos Creditórios	1.654.693	2.232.239
Operações com Cartões de Crédito	271.366	297.401
Outros créditos	10.456	14.933
Subtotal	6.994.842	7.191.766
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(334.743)	(271.007)
Total	6.660.099	6.920.759
Circulante	4.137.089	4.703.579
Longo Prazo	2.523.010	2.217.182

⁽¹⁾ Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

⁽²⁾ Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

b) Por Setor de Atividade

Setor Privado	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Parcelas a Vencer Acima de 360 dias			30/06/2020	31/12/2019
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	Total	Total
	Rural	5.603	1.002.525	1.397.588	2.405.716
Indústria	70	344.870	396.894	741.834	1.033.522
Pessoas Físicas	104.569	599.731	431.478	1.135.778	890.552
Comércio	28.711	1.807.218	155.517	1.991.446	2.164.019
Serviços	13.552	308.039	235.948	557.539	835.262
Outros	1.306	108.755	52.468	162.529	255.975
Total	153.811	4.171.138	2.669.893	6.994.842	7.191.766

c) Concentração de Crédito

	30/06/2020				31/12/2019	
	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	891.854	13%	3.881	1%	842.696	1%
40 Maiores Devedores Seguintes	1.818.090	26%	51.004	15%	1.752.258	13%
80 Maiores Devedores Seguintes	1.080.009	15%	13.876	4%	1.065.336	2%
Demais Devedores Seguintes	3.204.889	46%	265.982	79%	3.531.476	84%
Total	6.994.842	100%	334.743	100%	7.191.766	100%

d) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A abertura das posições "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 30 de junho de 2020. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de rating e os percentuais estipulados na Resolução CMN n° 2.682/1999.

Nível de Risco	Carteira de Créditos				
	% Provisão Mínima Requerida	Curso		Total	Provisão Constituída ⁽²⁾
		Normal ⁽¹⁾	Anormal ⁽¹⁾		
AA	0,0%	1.151.643	-	1.151.643	-
A	0,5%	4.706.308	61	4.706.371	23.123
B	1%	387.438	10.694	398.133	4.005
C	3%	232.304	39.529	271.833	10.113
D	10%	31.129	20.193	51.321	11.566
E	30%	187.969	14.992	202.960	76.091
F	50%	1	1.368	1.369	685
G	70%	26.013	28.862	54.875	52.823
H	100%	26.358	129.981	156.337	156.337
Total		6.749.163	245.678	6.994.842	334.743

⁽¹⁾ Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal a contratos vencidos a partir de 15 dias.

⁽²⁾ A provisão é adequada para fazer face as perdas prováveis na realização dos créditos.

Nível de Risco	Carteira de Créditos			31/12/2019	
	% Provisão	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Provisão Constituída ⁽²⁾
	Mínima Requerida				
AA	0,0%	1.681.434	-	1.681.434	-
A	0,5%	4.591.540	-	4.591.540	23.073
B	1%	241.913	18.479	260.392	2.640
C	3%	266.478	44.769	311.247	11.514
D	10%	12.054	26.244	38.298	9.475
E	30%	95.258	45.258	140.516	58.157
F	50%	5	1.620	1.625	813
G	70%	5.987	38.724	44.711	43.332
H	100%	30.892	91.111	122.003	122.003
Total		6.925.561	266.205	7.191.766	271.007

⁽¹⁾ Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal a contratos vencidos a partir de 15 dias.

⁽²⁾ A provisão é adequada para fazer face as perdas prováveis na realização dos créditos.

e) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	30/06/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	271.007	199.715
Constituição Líquida de Reversão	162.921	196.941
Baixa para Prejuízo	(99.185)	(125.649)
Saldo Final	334.743	271.007
Circulante	(187.859)	(185.052)
Longo Prazo	(146.884)	(85.955)
Créditos Recuperados	12.175	29.657

Em 30 de junho de 2020, os créditos renegociados são de R\$ 529.848 (R\$ 259.210 em 31 de dezembro de 2019) e a Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito constituída para esses contratos é de R\$ 63.149 (R\$ 40.428 em 31 de dezembro de 2019), relativos às operações vencidas e repactuadas. O Saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco.

f) Resultado de Operações de Crédito

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	117	40
Rendas de Empréstimos	294.371	277.024
Rendas de Títulos Descontados	138.111	15.028
Rendas de Financiamentos	754.854	63.490
Resultado com Cessão de Créditos com coobrigação	654	1
Perdas com créditos Incobráveis	(3.112)	(6.440)
Total	1.184.995	349.143

9. Outros Instrumentos Financeiros

	30/06/2020	31/12/2019
Valores a receber de transações de pagamentos	271.366	297.401
Valores aportados - ATM Banco 24 Horas	238.110	87.997
Carteira de Câmbio Ativa	132.010	158.670
Direitos Creditórios	1.654.693	2.232.239
Total	2.296.179	2.776.307

10. Outros Créditos - Diversos

	30/06/2020	31/12/2019
Negociação e Intermediação de Valores	6.299	27.870
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	46.414	53.290
Devedores por Depósitos em Garantia	30.755	26.823
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	13.282	19.351
Para Interposição de Recursos Cíveis	7.002	7.501
Para Interposição de Recursos Fiscais	10.471	-
Adiantamentos Salariais/Outros	16.060	6.759
Devedores por Compra de Valores e Bens	10.456	14.933
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	3.174
Valores a Recuperar - Picpay	9.402	-
Outros	102.315	53.671
Total	221.701	183.375
Circulante	201.417	156.523
Longo Prazo	20.284	26.852

11. Carteira de Câmbio

a) Composição

	30/06/2020	31/12/2019
Carteira Ativa		
Direitos sobre Venda de Câmbio	833	-
Câmbio Comprado a Liquidar	128.425	154.107
Rendas a receber de adiantamentos concedidos ⁽¹⁾	2.752	4.563
Total	132.010	158.670
Circulante	132.010	158.670
Carteira Passiva		
Câmbio Vendido a Liquidar	(836)	-
Obrigações por Compra de Câmbio	(102.741)	(148.059)
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ⁽¹⁾	62.943	148.059
Total	(40.634)	-
Circulante	(40.634)	-

⁽¹⁾ Os valores de Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos no valor de R\$ 2.752 (R\$ 4.563 em 31 de dezembro de 2019) e de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio de R\$ 62.943 (R\$ 148.059 em 31 de dezembro de 2019) compõe o saldo de R\$ 65.695 (R\$ 152.622 em 31 de dezembro de 2019).

b) Resultado de Operações de Câmbio

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Rendas de câmbio	202.932	91.782
Despesas de câmbio	(124.029)	(82.675)
Total	78.903	9.107

O aumento do resultado de operações de câmbio é oriundo, principalmente, da valorização de moedas estrangeiras frente ao real.

12. Outros Valores e Bens

	30/06/2020	31/12/2019
Bens não de Uso - Imóveis	148.451	123.003
(Provisão para Desvalorização)	(14.301)	(14.301)
Despesas Antecipadas	58.771	33.517
Total	192.921	142.219
Circulante	192.921	142.219

13. Investimentos

	30/06/2020		31/12/2019	
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Participação	Participação
Controladas				
Original Asset Management Ltda.	Administração de Carteira/ Fundos	1.999.800	99,99%	99,99%
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	885.550	19,90%	19,90%
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	Investimento Imobiliário	99.999	99,99%	99,99%

	Patrimônio Líquido	(Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	30/06/2020	01/01 a 30/06/2020	30/06/2020	31/12/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Controladas						
Original Asset Management Ltda.	3.324	22	3.345	3.323	22	73
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	80.673	(71.799)	(13.861)	496	(14.356)	(3.332)
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	100	-	100	100	-	-
Original App Ltda.	-	-	-	-	-	(331)
Total	84.097	(71.777)	(10.416)	3.919	(14.334)	(3.590)

b) Outros

Em 30 de junho de 2020, o saldo de Investimentos é composto também pela participação na Companhia CERTA-Central de Registro de Títulos e Ativos em R\$ 1.076 (R\$ 765 em 31 de dezembro de 2019), investimentos em Obras de Arte no montante de R\$ 442 (R\$ 447 em 31 de dezembro de 2019) e AFAC de R\$ 15.640 do Banco Original na Controladora Original Corporate Corretora de Seguros Ltda

14. Imobilizado de Uso

a) Composição

	30/06/2020		31/12/2019	
	Custo	Depreciação Residual	Residual	Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	91.918	(15.506)	76.412	42.353
Sistemas de Processamento de Dados	111.353	(53.168)	58.185	41.771
Sistemas de Segurança e Comunicações	2.790	(762)	2.028	873
Total	206.061	(69.436)	136.625	84.997

b) Movimentação

	31/12/2019			30/06/2020	
	Saldo inicial	Aquisições	Transferência/ Baixas	Depreciação	Saldo Final
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	42.353	46.848	(8.368)	(4.421)	76.412
Sistemas de Processamento de Dados	41.771	26.282	(370)	(9.498)	58.185
Sistemas de Segurança e Comunicações	873	1.318	(64)	(99)	2.028
Total	84.997	74.448	(8.802)	(14.018)	136.625

No semestre findo em 30 de junho de 2020 não há registro de perdas por impairment. (R\$ 2.587 em 30 de junho de 2019)

15. Intangível

a) Composição

	30/06/2020		31/12/2019	
	Custo	Amortização Residual	Residual	Residual
Gastos com Desenvolvimento	960.873	(334.293)	626.580	595.133
Softwares	152.720	(36.149)	116.571	78.693
Ágio de Investimento ⁽¹⁾	81.281	-	81.281	61.316
Total	1.194.874	(370.442)	824.432	735.142

(1) Ágio originado na aquisição do controle acionário da PicPay Serviços S.A pelo Banco Original.

b) Movimentação

	31/12/2019			30/06/2020	
	Saldo inicial	Aquisições	Transferência/ Baixas	Amortização	Saldo Final
Gastos com Desenvolvimento	595.133	71.390	-	(39.943)	626.580
Softwares	78.693	46.340	(241)	(8.221)	116.571
Ágio de Investimento ⁽¹⁾	61.316	19.965	-	-	81.281
Total	735.142	137.695	(241)	(48.164)	824.432

16. Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2020	31/12/2019
					Total	Total
Depósitos à Vista	307.777	-	-	-	307.777	369.234
Depósitos Interfinanceiros	-	136.670	-	-	136.670	134.020
Depósitos a Prazo - CDB e RDB	-	1.601.226	2.985.041	2.070.167	6.656.434	5.263.335
Outros Depósitos	240.869	-	-	-	240.869	85.252
Total	548.646	1.737.896	2.985.041	2.070.167	7.341.750	5.851.841
Circulante					5.271.583	2.339.605
Longo Prazo					2.070.167	3.512.236

O Conglomerado realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB) com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90 % e 138 % do CDI, (90% e 129,5% do CDI e 31 de dezembro de 2019) e para as operações prefixadas o valor da taxa praticada varia entre 2,15 % a.a. e 19,60 % a.a. (4,18% a.a. e 19,60 % a.a. em 31 de dezembro de 2019). Para operações de RDB com taxas pós-fixadas praticadas de 101,5 % a 106 % do CDI (101,50% a 106% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

17. Captações no Mercado Aberto

	Até 3 Meses	Total	30/06/2020	31/12/2019
			Total	Total
Carteira Própria	32.412	32.412		349.225
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	23.000	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	299.997
Debêntures	9.412	9.412	9.412	49.228
Total	32.412	32.412	32.412	349.225
Circulante			32.412	349.225

18. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2020	31/12/2019
				Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares					
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	138.434	686.020	892.734	1.717.188	1.528.559
Letras de Crédito do Imobiliária - LCI	151.079	1.112.406	856.681	2.120.166	1.864.281
Letras Financeiras- LF	9.392	621.316	50.829	681.537	60.903
Total	298.905	2.419.742	1.800.244	4.518.891	3.453.743
Circulante				2.718.647	1.932.325
Longo Prazo				1.800.244	1.521.418

O Conglomerado realiza operações LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 92% e 117% do CDI (90% e 106% do CDI em 31 de dezembro de 2019). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 1,47% a.a. e 13,26% a.a. (5,03% a.a. e 13,26% a.a. em 31 de dezembro de 2019). Para LCI com taxas praticadas em operações pós-fixadas no montante de 92% a 122% do CDI (90% a 106% do CDI em 31 de dezembro de 2019), já para as operações pré-fixadas as taxas vão de 1,33 % a 8,61%. Para LF com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 100 % a 121% do CDI (100% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

19. Obrigações por Empréstimos e Repasses no País

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	30/06/2020	31/12/2019
			Total	Total
Funcafé - Custeio	-	2.541	2.541	5.082
Funcafé - Capital de Giro	2.544	-	2.544	5.088
Total	5.085	5.085	5.085	10.170
Circulante			10.170	-

20. Despesa de Captação no Mercado

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
	Depósitos Interfinanceiros	(19.449)
Depósitos a Prazo - CDB e RDB	(290.155)	(207.397)
Captação no Mercado Aberto	(1.041)	(868)
Despesas de Letras de crédito do Agronegócio	(35.533)	(52.597)
Despesas de contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	(5.463)	(4.866)
Despesas de Letras Financeiras	(6.706)	(4.864)
Despesas de Letras Imobiliárias	(36.455)	(44.017)
Despesas com operação estruturada -COE	-	(14)
Total	(394.802)	(319.812)

21. Despesa de Empréstimos e Repasses

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
	Despesas De Empréstimos No Exterior	-
Despesas De Obrigações Com Banqueiros No Exterior	(53)	(2)
Despesas De Repasses - Outras Instituições Oficiais	(170)	(436)
Total	(223)	(40)

22. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações Interfinanceiras" no montante de R\$ 935.666 ativo (R\$ 423.847 ativo em 31 de dezembro de 2019) é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

23. Relações Interdependências

Referem-se ao registro das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a serem cumpridas no País por seu contravalor em moeda nacional e transferência de recursos entre dependências no montante de R\$ 9.123 passivo (R\$ 4.169 ativo em 31 de dezembro de 2019).

24. Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	247	3.874
Impostos e Contribuições sobre Salários	25.345	19.315
IRRF a recolher s/ Juros Capital Próprio	-	450
I.R.- s/ Operações de renda fixa	517	216
I.R.- s/ operações de renda variável	1.538	-
IOF - Capital de Giro	-	38
Provisão para Imposto de Renda	-	26.811
Provisão para Contribuição Social	3.408	16.480
Outros	5.009	11.501
Total	36.064	78.685
Circulante	36.064	78.685

25. Outras Obrigações - Provisões Cíveis e Trabalhistas

	30/06/2020	31/12/2019
Provisões Cíveis	14.254	25.891
Provisões Trabalhistas	55.864	43.408
Total	70.118	69.299

a) Provisões Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ação com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução e (4) ações de indenização por perdas e danos.

Para os processos cíveis elencados na categoria Cível Massa (consignado-Banco Original), as provisões são feitas por histórico de condenações de processos nos últimos 12 meses. As categorias massa especial (ações cíveis oriundas do Banco Digital), especial (ações cíveis valoradas acima de R\$200mil) são feitas de acordo com a opinião legal dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável.

a.1) Movimentação

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo Inicial	25.891	16.916
Constituição	2.497	18.211
Reversão	(14.134)	(9.236)
Saldo Final	14.254	25.891

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 7.002 (R\$ 7.501 em 31 de dezembro de 2019).

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

b) Provisões Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas. A provisão para os processos trabalhistas (ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros) são feitas de acordo com a opinião legal dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável.

Para esses processos trabalhistas foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 13.252 (R\$ 9.110 em 31 de dezembro de 2019).

b.1) Movimentação

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo Inicial	43.408	24.499
Constituição	24.213	24.092
Atualização Monetária	1.653	2.315
Reversão	(13.410)	(7.498)
Saldo Final	55.864	43.408

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

c) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos nas esferas cível, trabalhista e fiscal, classificados com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das Demonstrações Contábeis. Os riscos possíveis na esfera cível são formados por 30 ações civis públicas com pedidos no montante de R\$ 23.669, seus valores foram mensurados de acordo com os pedidos realizados pelos Ministérios Públicos dos Estados (Paraíba, Piauí, Bahia, Tocantins, Santa Catarina, Minas Gerais, Ceará, Maranhão, Pará e Pernambuco) e opinião legal dos assessores jurídicos externos.

Para os processos fiscais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 10.471 (R\$ 10.212 em 31 de dezembro de 2019).

	30/06/2020	31/12/2019
Processos Trabalhistas	18.422	22.293
Processos Cíveis	13.877	25.891
Processos Fiscais	14.970	9.750
Total	47.269	57.934

26. Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2020	31/12/2019
Provisão para Pagamentos a Efetuar	382.125	168.124
Despesas de Pessoal	100.158	148.416
Despesas Administrativas ⁽¹⁾	257.939	8.010
Outros Pagamentos	24.028	11.698
Consignados	1.277	1.277
Negociação e Intermediação de Valores	6.222	1.906
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽²⁾	3.876	3.733
Subscrições de Capital a Integralizar	100	100
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.491	-
Valores a pagar de sociedades ligadas	-	12
Credores Diversos - Exterior/País ⁽³⁾	62.167	327.105
Provisão para Fianças	1.798	6.075
Carteira de Câmbio Passiva	40.634	-
Resultado de Exercícios Futuros	19.748	18.237
Total	519.438	526.569
Circulante	499.690	508.332
Longo Prazo	19.748	18.237

⁽¹⁾ Refere-se basicamente aos valores com usuários PicPay no montante de R\$ 110.211.

⁽²⁾ Valores a pagar para correspondentes bancários.

⁽³⁾ Refere-se principalmente ao registro de boletos emitidos pelo Banco Original que são pagos em outros bancos em D+1 e a obrigações com a bandeira referentes às operações com cartões de débito e crédito.

27. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Banco Original S/A

O capital social integralizado é assim representado

	30/06/2020			31/12/2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001
Total	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001

Banco Original do Agronegócio S/A

	30/06/2020		31/12/2019	
	R\$	Total	R\$	Total
De Domiciliados no País	112.123	112.123	109.123	109.123
Total	112.123	112.123	109.123	109.123

Picpay Serviços S/A

	30/06/2020			31/12/2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	126.378	126.378	252.756	126.378	126.378	252.756
Total	126.378	126.378	252.756	126.378	126.378	252.756

Original App Ltda.

	30/06/2020		31/12/2019	
	Quotas	Total	Quotas	Total
De Domiciliados no País	3.450	3.450	3.450	3.450
Total	3.450	3.450	3.450	3.450

b) Participação Acionária

Banco Original S/A

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		30/06/2020	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações S.A. (J&F) ⁽¹⁾	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

⁽¹⁾ É uma empresa de investimentos (Holding).

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		31/12/2019	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações S.A. (J&F)	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

Banco Original do Agronegócio S/A

	30/06/2020		31/12/2019	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)				
J&F Participações S.A. (J&F)	99.000.000	99%	99.000.000	99%
Pessoas Físicas (PF)	1.000.000	1%	1.000.000	1%
Total	100.000.000	100%	100.000.000	100%

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		31/12/2019	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)						
J&F Participações S.A. (J&F)	99.000.000	99%	99.000.000	99%	99.000.000	99%
Pessoas Físicas (PF)	1.000.000	1%	1.000.000	1%	1.000.000	1%
Total	100.000.000	100%	100.000.000	100%	100.000.000	100%

PicPay Serviços S/A

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)						
Banco Original S.A.	10.276	45,39%	-	-	10.276	22,69%
J&F Participações S.A. (J&F)	2.188	9,67%	2.188	9,67%	4.376	9,67%
J&F Investimentos	10.174	44,94%	20.450	90,33%	30.624	67,64%
Total	22.638	100,00%	22.638	100,00%	45.276	100,00%

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)						
Banco Original S.A.	10.276	37,82%	-	-	10.276	18,91%
Mavericks Participações	3.430	15,14%	1.142	5,04%	4.572	10,09%
J&F Participações S.A. (J&F)	2.188	9,67%	2.188	9,67%	4.376	9,67%
J&F Investimentos	8.459	37,37%	19.308	85,29%	27.767	61,33%
Total	24.353	100,00%	22.638	94,96%	46.991	100,00%

Original APP Ltda

	30/06/2020		31/12/2019	
	Quotas	Total	Quotas	Total
Quantidade (%) Quantidade (%)				
Banco Original S.A.	3.449.655	99,9%	3.449.655	99,9%
Corretora de Seguros	345	0,01%	345	0,01%
Total	3.450.000	100%	3.450.000	100%

FIDC PicPay I

Banco Original S.A.
Total

30/06/2020		31/12/2019	
Quotas	Total	Quotas	Total
Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
393.000	100%	393.000	100%
393.000	100%	393.000	100%

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado líquido de impostos relativo aos títulos públicos representados por NTN, LTN, Títulos privados e Swap para o hedge do capital da agência nas Ilhas Cayman, no montante de R\$ 14.592 (R\$ 5.736 em 31 de dezembro de 2019).

d) JCP e Dividendos

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado, conforme permite o Art. 202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

Em 30 de junho de 2020 e no exercício de 2019 não foram deliberados Juros sobre Capital Próprio.

e) Reserva de Lucros

e.1) Reserva Legal

A Reserva Legal é constituída à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão do Estatuto Social e legislação vigente.

e.2) Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária é constituída, por determinação da administração, como destinação de uma parcela do lucro do período.

28. Partes Relacionadas

a) Transações com Partes Relacionadas

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 4.636/2018, conforme os saldos apresentados abaixo:

Ações

JBS S.A. (JBS) ⁽¹⁾

Outros Créditos

J&F Participações S.A. ⁽²⁾

Outras Companhias ⁽²⁾

Depósito à Vista

JBS S.A. (JBS)

J&F Floresta Agropecuária

Original Asset Management Ltda.

Original Corporate Corretora Ltda.

J&F Participações S.A.

J&F Investimentos S.A.

J&F Santa Maria Desenvolvimento Urbano

Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.

Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.

Eldorado Brasil Celulose S.A.

Canal Rural Produções LTDA

Fazenda Botas Agropecuária Ltda.

JJBM Participações Ltda.

JBj Barra do Tietê Agropecuária Ltda.

CV - Rádio e Televisão Ltda.

JBj Agropecuária Ltda.

VLBM Participações Ltda.

WWMB Participações LTDA

Ambar Energia Ltda.

JBS Aves Ltda.

FIP Multiestratégia Formosa

Arrossensal Agropecuária Industrial S/A

J&F Urbanismo

Instituto Germinare

Meat Snack partners do Brasil Ltda.

Pinheiros Fundo de Investimento em Participações

Seara Comércio de Alimentos Ltda.

55 Design de Moveis Ltda

FIDC não Padronizados PICPAY

ZMF Participações Ltda

JJMB Participações Ltda

FIC DE FIP JMF

FIP Caixa Milão

7773 Produções Musicais Ltda

JBS Confinamento Ltda

Pessoas Físicas

Depósito a Prazo

J&F Participações S.A.

Original APP Ltda.

Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.

Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.

JBS S.A.

Seara Alimentos Ltda.

Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.

Original Asset Management Ltda.

Arrossensal Agropecuária Industrial S/A

JBj Agropecuária Ltda.

Mataboi Alimentos Ltda

Globe Investimentos Ltda

Meat Snack partners do Brasil Ltda.

Piui Investimentos Imobiliários

São Pedro Transmissora de Energia S.A.

Canal Rural Produções Ltda

Instituto Germinare

J&F Urbanismo

JJMB Participações Ltda

WWMB Participações

ZMF Participações Ltda

Fazenda Camargo

Pessoas Físicas

30/06/2020	31/12/2019	Receitas (Despesas)	
		01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
29	191.886	19.011	332.106
29	191.886	19.011	332.106
9.549	5.974	-	-
2.057	5.045	-	-
7.492	929	-	-
(15.796)	(98.088)	-	-
(426)	(37.541)	-	-
(3)	(6)	-	-
(1)	-	-	-
(28)	(1.076)	-	-
(146)	(8)	-	-
(44)	(641)	-	-
(2)	-	-	-
(214)	(4.464)	-	-
(837)	(5.217)	-	-
(1)	(12.205)	-	-
(51)	(1)	-	-
(3)	(4)	-	-
-	(4)	-	-
(4)	-	-	-
(7)	(7)	-	-
(17)	(14)	-	-
(58)	(33)	-	-
-	-	-	-
(3)	(1)	-	-
(191)	(204)	-	-
(455)	-	-	-
(7)	-	-	-
(14)	-	-	-
(24)	(380)	-	-
(1)	-	-	-
(149)	-	-	-
(90)	(35.058)	-	-
(52)	-	-	-
(9.821)	-	-	-
-	-	-	-
(1)	-	-	-
(208)	(3)	-	-
(7)	(7)	-	-
(1)	-	-	-
(1)	-	-	-
(2.929)	(1.214)	-	-
(2.193.871)	(676.955)	(134.606)	(5.614)
(1.460)	-	(2)	(11)
-	(7.297)	-	(70)
(2.037)	(5.575)	(27)	(171)
(2.968)	(7.297)	(39)	(224)
(1.885.450)	(56.219)	(132.286)	(1.654)
(73.708)	(174.272)	(609)	(2.150)
(7.034)	(4.733)	(16)	(7)
(2.115)	(2.171)	(18)	(55)
(968)	-	(1)	(3)
(7.030)	-	(13)	-
(10.503)	(10.321)	(180)	(41)
-	(350.194)	-	(40)
(5.107)	(16.037)	(57)	(76)
(2.730)	(1.977)	(8)	-
-	-	-	(89)
(1.036)	-	(2)	-
(1.300)	-	-	(1)
(125.496)	-	(396)	-
(1.126)	-	(1)	-
(300)	-	-	-
(709)	-	(2)	-
(968)	-	-	-
(61.826)	(40.862)	(949)	(1.022)

CONGLOMERADO PRUDENCIAL BANCO ORIGINAL
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado



Outras Obrigações	(1.442)	(585)	(4.896)	(2.155)
J&F Participações S.A. ⁽²⁾	(1.442)	(585)	(4.896)	(2.155)

⁽¹⁾ As ações estão marcadas ao valor de mercado e a receita é decorrente da variação positiva do período.

⁽²⁾ Operações originadas na controlada PicPay.

29. Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Cobrança e Arrecadações	19.734	3.513
Prestação de Serviços de Assessoria Financeira	508	670
Serviços de Conta Corrente e transferências	11.310	1.766
Comissões sobre Transações Pagamento ⁽¹⁾	90.630	7.000
Rendas de Garantias Prestadas	2.843	3.819
Outras	642	170
Total	125.667	16.938

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2020, R\$ 85.950 referem-se a transações oriundas da Picpay.

30. Receitas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Tarifas	12.199	10.873
Total	12.199	10.873

31. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Remuneração	(147.881)	(89.929)
Encargos	(51.525)	(27.891)
Benefícios	(40.488)	(18.301)
Outras	(991)	(238)
Total	(240.885)	(136.359)

32. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(35.833)	(22.741)
Depreciações e Amortizações	(62.182)	(52.058)
Propaganda e Publicidade	(12.458)	(18.529)
Comunicações	(4.590)	(2.117)
Processamento de Dados	(82.499)	(49.597)
Aluguéis	(14.495)	(4.985)
Transportes e Viagens	(4.437)	(3.414)
Serviços de Vigilância e Segurança	(1.919)	(1.440)
Manutenção e Conservação de Bens	(2.279)	(1.952)
Serviços do Sistema Financeiro ⁽¹⁾	(65.774)	(42.382)
Água, Energia e Gás	(1.082)	(916)
Material	(835)	(461)
Despesas Legais e Jurídicas	(997)	(955)
Despesas com registros de títulos e documentos	(218)	(474)
Serviços de copa e cozinha	(379)	(406)
Outros tributos e taxas	(2.739)	(2.561)
Outras despesas administrativas	(16.278)	(6.054)
Total	(308.994)	(211.620)

⁽¹⁾ Refere-se principalmente a despesas com a utilização de cartões de débito e crédito, corretagens, comissões e outros serviços financeiros.

33. Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
COFINS	(19.947)	(23.491)
ISS	(7.128)	(1.422)
PIS/Pasep	(3.493)	(3.816)
Total	(30.568)	(28.729)

34. Outras Receitas

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Atualização de Depósitos Judiciais	679	270
Atualização de Impostos a Compensar	568	1.132
Recuperação de Encargos e Despesas	219	195
Reversão de Provisão para Fianças não honradas	4.339	-
Reversão de Provisões Operacionais	11.181	-
Reversão de Provisões Cíveis	12.004	272
Receita com Programas de Incentivo de Cartões	1.319	-
Receita de Atualização Monetária	-	3.962
Outras Receitas	1.650	1.013
Total	31.959	6.844

35. Outras Despesas

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Antecipação de valores relativos a transações de pagamento	(83.711)	-
Provisões Trabalhistas	(12.457)	(2.996)
Indenizações trabalhistas	(1.269)	(3.763)
Provisão para fianças	(100)	(4.127)
Perdas com Fraudes	(2.339)	(101)
Prejuízos Operacionais	(8.911)	(2.242)
Comissões	(1.083)	-
Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	(531)	(1.703)
Baixa de bens do ativo imobilizado	(8.799)	(18)
Patrocínios	(202)	-
Desvalorização/ Reversão de Outros Valores e Bens (BNDU)	-	(3.679)
Chargeback - Picpay	(26.639)	-
Outras	(13.266)	(290)
Total	(159.307)	(18.919)

36. Tributos

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Resultado antes dos Tributos e participações do lucro	(472.779)	85.623
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	42.025	2.725
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	8.055	726
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	8.148	2.389
Base de cálculo - CSLL	(309.317)	86.391
Base de cálculo - IRPJ	(309.224)	88.054
CSLL ⁽¹⁾	58.647	(29.685)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	77.675	(49.654)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	136.322	(79.339)
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	136.322	(79.339)

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 os créditos tributários foram constituídos com base na alíquota de 25% para IR e 20% para CSLL, conforme art.32 da Emenda Constitucional nº103, a contribuição social do crédito tributário com realização a partir de março de 2020, deve ser constituído a 20%.

b) Créditos Tributários

	30/06/2020	31/12/2019
Prejuízo Fiscal	499.754	363.023
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	124.939	90.756
Base Negativa de Contribuição Social	504.631	367.806
Crédito de CSLL sobre Base Negativa ⁽¹⁾	100.926	73.561
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	379.994	322.859
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	38.269	35.658
Provisão para Contingências Trabalhistas	47.777	36.114
Provisão para Contingências Cíveis	13.877	25.891
Provisão para Despesas Administrativas	22.674	60.833
Provisão PLR - Administradores	-	-
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	14.302	14.302
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	-	15.444
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	41.567	-
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(1.933)	(718)
Ajustes Futuro DI e DDI	16.364	-
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste DI futuro - 4,65%	(761)	-
Perdas em Operações de Crédito	33.554	30.679
Outras Diferenças Temporárias	18.894	21.693
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	624.579	562.755
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	624.579	562.755
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	156.145	140.689
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL ⁽¹⁾	124.916	112.551
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	-	15.444
Ajustes Futuro DI e DDI	16.364	-
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	41.567	-
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	57.931	15.444
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	2.694	718
Total do Ativo Fiscal Diferido	509.619	418.275
Longo Prazo	509.619	418.275

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 os créditos tributários foram constituídos com base na alíquota de 25% para IR e 20% para CSLL, conforme art.32 da Emenda Constitucional nº103, a contribuição social do crédito tributário com realização a partir de março de 2020, deve ser constituído a 20%.

c) Obrigações Fiscais Diferidas

	30/06/2020	31/12/2019
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	27.596	151.230
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	17.855	10.340
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(2.113)	(7.513)
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	20.101
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	-	(935)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	43.337	173.223
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	10.834	43.306
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL ⁽¹⁾	8.667	34.224
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	27.596	151.230
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	17.855	10.340
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	20.101
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	45.451	181.671
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	2.113	8.448
Total do Passivo Fiscal Diferido	21.615	85.977
Longo Prazo	21.615	85.977

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 os créditos tributários foram constituídos com base na alíquota de 25% para IR e 20% para CSLL, conforme art.32 da Emenda Constitucional nº103, a contribuição social do crédito tributário com realização a partir de março de 2020, deve ser constituído a 20%.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Obrigações Fiscais Diferidas

Ano	30/06/2020			31/12/2019		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2020	41.307	14.504	26.803	159.918	85.977	73.941
2021	52.591	3.509	49.082	111.684	-	111.684
2022	114.027	3.602	110.425	26.150	-	26.150
2023	109.502	-	109.502	31.791	-	31.791
2024	138.469	-	138.469	41.079	-	41.079
A partir de 2025	53.723	-	53.723	47.653	-	47.653
Total	509.619	21.615	488.004	418.275	85.977	332.298

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

e) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 30 de junho de 2020, considerando a taxa de captação projetada para o período é de R\$ 435.484 (31/12/2019 - R\$ 384.363).

37. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Conglomerado preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes, sendo o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Conglomerado segrega suas exposições em carteiras de negociação (trading) e carteira bancária (banking), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Resolução nº 4.557/2017 e da Circular nº 3.354/2007, que estabelecem critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras.

As posições nas quais há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira *trading* da Instituição. Nesse caso, diariamente, essas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- *Value at Risk (VaR)* Paramétrico, com nível de confiança de 99.9% e *holding period* estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;
- *Stress Test*;
- *Stop Loss*.

Aqueles classificados como banking possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira bancária composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Essas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Carteira Trading - jun/2020		Value at Risk		
Fator de Risco de Variação em:		Média	jun/20	dez/19
Pré-fixado	Taxa de Juros pré-fixada	400	439	91
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	5	1	5
Soja	Preço do Futuro de Soja CME	367	0	108
Moedas Estr	Variação Cambial	1.302	1.259	317
Índice Bolsa	Índice de Ações Bolsa	101	0	0
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	29.352	4.234	54.160
Exposição com Correlação		27.091	3.137	

Carteira Banking - jun/2020		Teste de Estresse		
Risco		Média	jun/20	dez/19
Risco de Taxa de Juros		63.413	52.800	2.798

Destaca-se que a redução relevante do *Value at Risk (VaR)* na linha referente ao Fator de Risco Ações foi resultado da diminuição do estoque de ações da JBS. O aumento do valor do Risco de Taxa de Juros foi resultado da mudança de modelo de cálculo do IRRBB, sempre em linha com as diretrizes do Comitê de Basileia e das disposições das regulamentações vigentes. Para efeito de comparação, utilizando-se a metodologia anterior, o Risco de Taxa de Juros seria de aproximadamente R\$ 12 milhões tanto no fechamento quanto na média dos últimos doze meses relativos à data base junho/2020.

O Conglomerado qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito - Possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez - Possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital - É o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Segundo a Resolução nº 4.557/17, incluem-se nos eventos de risco operacional as fraudes internas e externas, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição, danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição, aqueles que acarretam interrupção de atividades, falhas em sistemas de tecnologia da informação, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

Inclui-se ainda os riscos associados a falhas em processos realizados por terceiros que possam afetar a operação do Conglomerado e conseqüentemente sua imagem, inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Conglomerado, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais/regulatórios, incluindo o descumprimento do programa de integridade e indenizações decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional, documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda os requisitos da Resolução nº 4.557/17 do Banco Central.

A análise de exposição das carteiras do Conglomerado é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR).

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- VaR (Valor em Risco)
- Stress Test
- Stop Loss
- Análise de Sensibilidade

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR). Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução nº 4.557/17 do Banco Central. A definição dos limites e a periodicidade de monitoramento, bem como sua revisão, também são de responsabilidade do CEGIR.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez.

Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Conglomerado, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de Caixa
- Teste de Estresse
- Caixa Mínimo

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme Resolução nº 4.557/2017 do BACEN, o risco de crédito é definido como a possibilidade de perda financeira decorrente de não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros, ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR) é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

À Diretoria de Riscos cabe propor ao CEGIR os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda à Diretoria de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

e. Gerenciamento de Risco Socioambiental

Consciente de sua responsabilidade para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e comprometido com o respeito à dignidade humana e com a disseminação da cultura de responsabilidade socioambiental, o Conglomerado possui uma Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) e realiza o acompanhamento contínuo dos princípios, estratégias e diretrizes ali estabelecidos. A PRSA do Conglomerado é um instrumento de gestão integrada que abrange:

Estrutura de governança direcionada às questões socioambientais; Avaliação e gestão de risco socioambiental; Atividades e operações escopo da PRSA, observando-se os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e eficiência; Verificação da aderência à PRSA; Divulgação e a revisão da PRSA; e Capacitação de empregados para a implementação de ações em sintonia com a PRSA. Relatório de Gestão de Riscos Setembro/2019. Faz parte do gerenciamento dos riscos socioambientais as verificações do cumprimento das regras e procedimentos estabelecidos na PRSA. Para isso, o Conglomerado possui uma estrutura de Governança Corporativa constituída e que, entre outros, tem o objetivo de implementar, avaliar e monitorar a efetividade e a adequação de sua PRSA. Inclui: Conselho de Administração – órgão máximo da governança do Conglomerado, sendo responsável pela aprovação da PRSA, acompanhamento de sua implementação; Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos – Propor as diretrizes do apetite a risco socioambiental; Comitê de Risco Operacional e Controles Internos (CROCI) – órgão nomeado pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos, com a função de tratar questões socioambientais, monitorando e avaliando a PRSA; Comitê de Ética – órgão responsável por tratar questões internas relacionadas a conflitos de interesse e violações do Código de Ética, Códigos de Conduta Setoriais, Políticas, Circulares Normativas internas, e regulamentação aplicável; A área de Controles Internos, Riscos e Compliance, como parte de suas responsabilidades, realiza o monitoramento do cumprimento das disposições da PRSA através da aplicação de metodologia de Gerenciamentos de Riscos.

38. Suficiência de Capital

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 e alterações posteriores, definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pelo Conglomerado.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial (Banco Original S.A., Banco Original do Agronegócio S.A., Offshore Cayman, Pic Pay Serviços S.A., Fundo de Investimento em Direitos Creditórios PicPay e Original App), nos termos da Resolução nº 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro.

	30/06/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência Nível I	1.086.109	1.375.393
Patrimônio de Referência (Níveis I e II)	1.086.109	1.375.393
RWA - Ativos Ponderados pelo Risco	10.871.217	10.376.218
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	9.314.032	8.570.045
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	105.622	596.303
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	1.451.564	1.209.870
Índice de Basileia III e II	10,0%	13,3%

No primeiro semestre de 2020, o Conglomerado Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco da instituição.

O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicionalmente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor.

39. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 30 de junho de 2020, os avais, fianças e créditos para importação concedidos a terceiros pelo Conglomerado, mediante comissão, somam R\$ 329.561 (R\$ 358.854 em 31 de dezembro de 2019), que estão sujeitos a encargos financeiros e contragarantias dadas pelos beneficiários. Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 não há saldo de coobrigação em cessões de créditos. Para as fianças e avais prestados foi constituída provisão no montante de R\$ 1.797 (R\$ 6.075 em 31 de dezembro de 2019).

Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Outras Fianças Bancárias

	30/06/2020	30/06/2020	31/12/2019	31/12/2019
	Valor atualizado	Provisão	Valor atualizado	Provisão
	7.857	-	20.961	(383)
	290.139	(1.582)	304.487	(5.526)
	31.565	(215)	33.406	(166)
Total	329.561	(1.797)	358.854	(6.075)

b. Plano de Aposentadoria e Pensões

O Conglomerado não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplicam ao Banco as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 695/2012.

c. Remuneração dos Administradores

Os benefícios de curto prazo recebidos pela Administração foram no montante de R\$ 16.707 (R\$ 29.293 em 31 de dezembro de 2019).

Os benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consistem na utilização do plano de saúde por 2 a 9 meses após o desligamento não geraram gastos no primeiro semestre de 2020. (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2019).

O Conglomerado não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

d. Plano de Saúde - Benefício pós emprego

O Conglomerado é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pela Bradesco Saúde, cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção à doenças e a promoção do bem estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do Acordo Coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos até 30 de junho de 2020 é de R\$ 336 (R\$ 523 em 31 de dezembro de 2019).

e. Combate aos efeitos da COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) deveria ser tratado como uma pandemia, devido ao seu alcance global. Diversas ações significativas de governos e entidades do setor privado foram tomadas para combater essa ameaça.

O Conglomerado, em linha com Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, adotou medidas para mitigar os impactos causados pelo Coronavírus (COVID-19), especificamente sobre operações de crédito e aspectos relacionados à adequação de capital.

Cabe destacar que o Conglomerado manteve suas atividades operacionais normalmente, adotando o Home Office como prática para grande parte de seus colaboradores.

Adicionalmente, por se tratar de uma crise sem precedentes, o Coronavírus (COVID-19) trouxe uma nova fonte de incertezas à atividade econômica global. Assim, a Administração tem avaliado de maneira contínua os riscos e impactos identificados desta pandemia nas estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das Demonstrações Contábeis, bem como a manutenção de suas operações.

40. Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A.

Em junho de 2017, a J&F Investimentos S.A. ("J&F"), atual acionista indireta do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A (em conjunto com o Banco Original S.A, "Conglomerado Original"), celebrou acordo de leniência com o MPF ("Acordo"), e o Conglomerado Original aderiu formalmente ao Acordo em 4 de outubro de 2017.

Em decorrência dos acontecimentos, a Administração do Conglomerado Original, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia Sampaio Ferraz Sociedade de Advogados que iniciou, juntamente com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. ("Assessores"), uma investigação interna relacionada aos fatos narrados no Acordo, visando a constatar eventuais repercussões desses fatos no Conglomerado Original.

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente ("Comitê") para, entre outras atribuições, supervisionar a realização de investigação interna. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores e passou a supervisionar, de forma independente, os trabalhos investigativos para verificar a observância das melhores práticas profissionais.

A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018. Os Assessores concluíram a investigação e não foram identificadas, evidências de que a Administração atual do Conglomerado Original ou seus atuais empregados que foram objeto de investigação realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção. As demais investigações realizadas em empresas sob controle da J&F, por força do Acordo, estão em curso e não foram concluídas. A conclusão dessas investigações poderá tratar de fatos pertinentes a qualquer das sociedades nas quais a J&F detém participação direta ou indireta.

41. Eventos Subsequentes

Entre os dias 1 de julho e 23 de setembro de 2020, o Conglomerado adquiriu recebíveis sem coobrigação das empresas do grupo, JBS, Seara e Flora no montante de R\$ 4.738.231.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria (Comitê) do Conglomerado Prudencial (Conglomerado) composto pelo Banco Original S.A. e pelo Banco Original do Agronegócio S.A tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria do Conglomerado é um órgão composto por três membros externos e independentes e reporta-se ao Conselho de Administração (Conselho).

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Conglomerado, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Conglomerado, de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Conglomerado é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Conselho e supervisionada pelo Comitê. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A Auditoria Interna provê o Conselho, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Conglomerado.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se 7 vezes no 1º semestre de 2020 (6 vezes no 1º semestre de 2019) e fez 39 reuniões (41 no 1º semestre de 2019) com a empresa de auditoria independente, com o responsável pela auditoria interna, bem como com os gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 30.06.2020.

Nenhuma recomendação foi emitida no 1º semestre de 2020.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras do Conglomerado de 30.06.2020 do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Conglomerado.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos do Conglomerado.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Conglomerado a aprovação das demonstrações financeiras auditadas de 30 de junho de 2020.

São Paulo, 28 de setembro de 2020.

O Comitê de Auditoria